



## RESENHA – REVIEW – RESEÑA

### POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

### PUBLIC POLICY AND AFFIRMATIVE ACTION

### POLÍTICAS PÚBLICAS Y ACCIONES AFIRMATIVAS

Por: **Maria Cristina Cupertino**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do grupo Paiol (grupo de pesquisa sobre cultura e políticas no meio rural) e do grupo de pesquisa observatório da juventude. Bolsista da CAPES. E-mail: [mccupert@yahoo.com.br](mailto:mccupert@yahoo.com.br)

e **Sheila Maria Doula**

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Líder do grupo Paiol. E-mail: [sheila@ufv.br](mailto:sheila@ufv.br)

FONSECA, Dagoberto José, **Políticas Públicas e ações Afirmativas**. São Paulo, Selo Negro, 2009, 140 pp.

“Políticas Públicas e ações Afirmativas”, de autoria de Dagoberto José Fonseca, graduado, mestre e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é obra importante para quem está iniciando os estudos sobre políticas públicas destinadas à população negra, por nos revelar, através da análise histórica, os diversos atores e interesses que estão por detrás da formulação e execução dessas políticas. Muitas vezes esses interesses não vão ao encontro das reais necessidades das populações negras. O livro informa-nos sobre questões que muitas vezes são negligenciadas nas instituições de ensino. Além disso, revela de uma forma crítica os diferentes contornos que nossos dirigentes deram à questão do negro no Brasil, como as leis e decretos foram formulados e executados e como os mesmos ainda não deram conta de mudar a situação de exclusão e racismo que essa população enfrenta há muito tempo. O autor parte da premissa de “que é impossível abordar as políticas públicas



Obra licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-Uso Não-Comercial-Não a obras derivadas 3.0 Unported](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

e as ações afirmativas sem considerar a pluralidade de forças sociais envolvidas” (p.12).

Fonseca faz uma breve revisão da história brasileira para compreender as políticas públicas do período colonial aos dias de hoje. O autor construiu um percurso reflexivo onde procurou revisar as relações sociais no país, tomando por base o escravismo; as leis e seus desdobramentos. Essas leis, segundo o autor, instituíram privilégios territoriais, regionais, econômicos e culturais para os diferentes indivíduos, grupos e segmentos da sociedade brasileira. Diante deste cenário, as ações afirmativas são consideradas “ferramentas sociais necessárias ao combate da desigualdade, da marginalização, da discriminação social, étnica e racial - mas também à ampliação e ao aprofundamento da diversidade no país” (p.12). As ações afirmativas são, segundo Cashmore (2000, p.31, apud Fonseca, 2009, p.11), “políticas públicas destinadas a atender grupos sociais que encontram-se em condições de desvantagem ou vulnerabilidade social em decorrência de fatores históricos, culturais e econômicos”. O objetivo desta política é “garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e têm como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos”(p.11).

Na primeira parte do livro, o autor “aborda o conjunto de políticas públicas constituídas pelo Estado monárquico português no período escravista brasileiro, inclusive aquelas que foram elaboradas no período imperial” (p.12). A Política de doação de terras foi a primeira política social e pública em solo brasileiro. Mas a adoção da política de capitânicas hereditárias não levou em conta o fato de que a população nativa tinha direitos sobre a terra. O mesmo ocorreu com outras políticas implantadas pelo Estado português nas primeiras décadas do século XVI, quando o indígena não era considerado sujeito, mas objeto do processo da conquista e da empresa escravista.

As políticas, os decretos e as ordenações foram pautados pela presença ativa e majoritária da população negra que foi protagonista de parte considerável da legislação vigente entre os séculos XVI e XIX. No entanto, conforme afirma o autor, tal legislação não foi elaborada pela população negra; ao contrário, as leis visavam alijar os negros política e juridicamente dos benefícios sociais construídos com seu esforço. O autor ainda faz uma breve análise das leis abolicionistas no Brasil imperial: a lei do fim do tráfico, a lei dos sexagenários, a lei do ventre livre e a lei da abolição da escravatura. Essas leis não “eram apenas favoráveis aos negros

escravizados, elas também favoreciam paradoxalmente aos barões do café e a outros escravistas, que inclusive participaram da elaboração de certas leis” (p.57). Dessa forma, conforme aponta o autor, a legislação do império não foi elaborada, votada e promulgada sem a participação de escravistas.

Em relação ao período pós - abolição, o autor afirma que a princesa Isabel, em uma carta ao Visconde de Santa Rita em 11 de agosto de 1889, chegou a tratar da reforma agrária para os ex-escravos. Mas logo se deu o golpe republicano, e as propostas feitas pela Princesa não foram aprovadas. Na opinião do autor, se elas tivessem sido aprovadas, não teria ocorrido o imenso êxodo rural que atingiu as principais cidades do país na virada do século XX. “A reforma agrária teria assegurado à população livre e recém - liberta as condições efetivas para sua subsistência em terra própria, sem que precisassem sofrer os infortúnios do racismo no dia a dia das cidades brasileiras” (p.74).

A segunda parte do livro trata de algumas políticas públicas formuladas no período republicano nacional até o presente. A começar pela República Velha, segundo o autor, ela manteve todo o “ranço escravista e racista do período anterior, não enxergando no então cidadão negro um potencial trabalhador que pudesse contribuir com o desenvolvimento do país” (p.75). Os dirigentes e intelectuais da época incentivaram a imigração no intuito de elevar o índice de população branca. “Boa parte dos intelectuais acreditava que o caminho natural da sociedade brasileira era o branqueamento” (p.77). Entretanto, esse projeto miscigenador não obteve os resultados esperados; além disso, havia outro problema, “uma população que não se via branca, mas também não se queria preta ou negra” (84). A população mestiça buscava o diálogo com brancos e negros, isso porque não queriam viver sob a égide da exclusão. Dessa forma, teria surgido a flexibilização do branqueamento, por meio de outras terminologias (Diegues Jr., 1977, apud Fonseca, 2009, p.84) - como pardo, moreno, mulato, sarará, preto-aço, terceiro, etc. Para Fonseca essa “lógica de cores tem contribuído para mascarar a origem africana da população, minimizando seu potencial político na esfera social ao subtrair paulatinamente o sentido de pertencimento etnoracial desses homens e mulheres” (p.84).

Em 1930 a sociedade brasileira presenciou mudanças, uma série de restrições à imigração foi aprovada, favorecendo o surgimento de ações para proteger, legalizar e legitimar a mão de obra nacional. Essa ação permitiu “a

constituição de uma massa de trabalhadores nacionais que antes não eram admitidos no mundo formal do trabalho” (p.85), especialmente, formação de uma massa de negros, que sempre eram preteridos pelos brancos nacionais e estrangeiros, bem como pelos asiáticos.

Fonseca questiona o papel das Universidades como instituições do Estado brasileiro. Para o autor há que se perguntar qual a relação delas com a base da pirâmide escolar, negra e empobrecida. O autor ainda alerta que atualmente diversos trabalhos clássicos vêm alimentando a sociedade civil com informações importantes. Concomitantemente, é imensa a produção de obras governamentais e a criação de departamentos, assessorias, coordenadorias, conselhos, delegacias, fundações e secretarias para atender a essas demandas históricas. Mas se, por um lado, “as publicações denunciam a situação de vulnerabilidade social a que os negros estão submetidos em decorrência da atuação do próprio Estado”, por outro, elas “não têm conseguido traduzir tal realidade em políticas públicas e ações coletivas concretas” (p. 101).

Para o autor, a criação de órgãos governamentais não dá conta da realidade social a ser transformada. Esses órgãos não têm condições políticas de diminuir a vulnerabilidade dos negros. O autor ainda acrescenta que a criação desses órgãos não são políticas de Estado, mas de um governo. Por isso, eles não têm a continuidade esperada, nem quando o presidente é o mesmo, pois os acordos são outros e devem atender a múltiplos e novos interesses.

Diante disso, para o autor, as políticas públicas de ações afirmativas “continuam a ser apenas um debate midiático na sociedade brasileira e uma grande vitrine para os governantes, militantes e movimentos sociais e partidos” (p.104). Isso, por que a quantidade de políticas públicas empreendidas no país é irrisória.

O autor chama a atenção para a necessidade de orçamento para a implantação de políticas sociais focadas e universais que atendam à maioria da população vulnerável do Brasil, inclusive porque “não se faz política sem recursos. Só demagogia e populismo de ocasião” (p. 106). Além disso, há que ter em conta o debate sobre as cotas e sobre o Estatuto de Igualdade Racial, assinalando suas contradições, seu alcance e limites.

Por fim, o autor constata que a história das políticas públicas e das ações afirmativas no Brasil permeia a luta para diminuir as desigualdades e combater o

racismo. Na eliminação do racismo, desempenham papel importante, a escola, a mídia, o governo, movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil.

Esperamos, com a apresentação desta obra, despertar no leitor o interesse por aprofundar os seus conhecimentos a respeito das dinâmicas sociais em curso na nossa sociedade, em especial as relacionadas às políticas públicas e ações afirmativas. A situação do negro no Brasil não pode ser encarada como algo naturalizado, imutável, mas como algo passível de mudanças. E as políticas e ações afirmativas são um dos mecanismos promotores da transformação da realidade da população negra no Brasil.

Resenha:

Recebido em: 29/10/2010

Aceito em: 08/11/2010